

Mudam os 'slogans', mudam as políticas

O Governo muda seus slogans publicitários sem maiores explicações ao público, mas as políticas econômicas que eles representam são, quase sempre, absolutamente contraditórias. No início do Governo Figueiredo, o lema principal era a "salvação da lavoura", que, atualmente, já passou ao plano secundário. O ministro do Planejamento, Delfim Netto, assumiu afirmando que a inflação podia ser combatida sem retrair a atividade econômica, mas agora inverteu sua estratégia, e a recessão passou a ser a forma fundamental de resolver os problemas econômicos do País.

O comentário é do diretor do Instituto dos Economistas do Rio de Janeiro (Ierj), Carlos Lessa, que considerou importante analisar também o discurso do Governo (nas campanhas publicitárias) e suas modificações, ao longo período, para entender o que de fato está ocorrendo no País.

'PRODUZA, POUPE E EXPORTE'

Segundo o economista, o slogan atual se baseia em três metas principais — "produzir, poupar e exportar" — que não deixam de ser conflitivas com os objetivos almejados pelas autoridades.

Na sua opinião, ao contrário do senso comum, poupar mais, por exemplo, não significa, do ponto de vista do sistema capitalista, gastar menos, sobretudo na área estatal. Na verdade, são os investimentos que geram a renda e se os investimentos são declinantes, a renda gerada será menor e a poupança também.

Algo semelhante ocorre com a meta do aumento da exportação. Para exportar mais, no caso dos produtos manufaturados — explica Carlos Lessa — é preciso importar mais e, normalmente, no caso brasileiro, as importações tendem a crescer mais do que as exportações, provocando déficits comerciais crescentes.

POLÍTICA FISCAL

Carlos Lessa criticou severamente a política de contenção dos investimentos estatais, aplicada de "forma contábil", através da fria fixação de percentuais de cortes de orçamentos das empresas, de maneira indiscriminada".

O economista lembrou que, no ano passado, os investimentos públicos foram reduzidos em termos reais, mas que para este ano, se forem mantidas as projeções feitas pela Secretaria Especial de Controle das Estatais (Sest), a retração será muito maior. Segundo ele, em 1981, os investimentos públicos sofrerão um corte real de 20 a 25 por cento.

— É inevitável, portanto — comentou — que o País encontre uma grave crise de desemprego, decorrente da recessão econômica e da quebra de empresas pequenas, médias e grandes não monopólicas.

O diretor do Ierj defendeu a reformulação da atual política econômica, através da reativação dos gastos públicos. Segundo ele, a indústria de máquinas e equipamentos está em condições de suprir uma demanda maior de produtos, sem alterar consideravelmente as importações brasileiras.